



Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 10.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Renato Bueno.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezzi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado, Doutor RENATO ANTÔNIO JOHNSON, Secretário de Estado do Interior, Doutor GILBERTO GERALDO GARBI, Diretor Presidente da TELEPAR, contendo apelos no sentido de que sejam feitos estudos, quanto à viabilidade de novas linhas telefônicas na Cidade de Morretes.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Grande têm sido os apelos que temos recebido por parte de pessoas residentes no Município de Morretes, para que tentássemos junto às autoridades competentes, para que a TELEPAR viesse ampliar a rede telefônica naquela cidade, e consequentemente, colocado para aquisição, no mínimo o dobro de aparelhos lá existentes e em funcionamento, para que pudesse atender de imediato a demanda dos interessados.

Morretes, possui hoje, um número de 150 (cento e cinquenta) aparelhos telefônicos, conforme pode ser constatado

através da lista telefônica, significando um número bastante baixo de aparelhos, para uma cidade em desenvolvimento como é o caso de Morretes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores EULER MERLIN, digníssimo Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando-lhes reajustamento dos valores que estão sendo atribuídos às terras desapropriadas para construção da BR-277 trecho Cascavel-Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Governo passado pretendeu cumprir à risca o lema "governar é abrir estradas".

Todavia, parece haver uma pequena contra-prestação para o cumprimento de tal programa: indenizar de maneira justa e correta aos proprietários que entregaram suas terras para esse fim.

Segundo temos notícias, o valor que está sendo arbitrado nas desapropriações para a construção da BR-277, trecho Cascavel-Leônidas Marques é muito inferior ao preço atual dos imóveis atingidos.

Não é justo que os proprietários das terras sejam prejudicados pela ânsia do governo em mostrar obras construídas à custa do suor do povo.

A reformulação dos preços e atualização daquelas contidas nos processos em andamento, é condizente com a política de reajustamentos adotada pelo Ministro do Planejamento, principalmente enquanto a inflação continuar a galopar há mais de cinco por cento ao mês.

Embora aquelas terras pertençam a lavradores brasileiros, cremos que seus proprietários também podem clamar por um justo preço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Governador do Estado, General Ney Braga, em sua Mensagem anual a esta Casa, fez a seguinte afirmação:

"Desde os primeiros momentos da nova gestão, todavia, os parâmetros previamente estabelecidos nas diretrizes globais, passaram a orientar o trabalho de todos os escalões da administração estadual, para o objetivo maior do Governo que é a promoção do homem paranaense como pessoa e como cidadão, a partir do atendimento das suas necessidades e de suas aspirações mais caras."

Na prática, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto não vem ocorrendo. Não vem ocorrendo, por exemplo, na Cidade de Telêmaco Borba, um dos municípios mais progressistas do Estado do Paraná, que se acha dentre os primeiros em arrecadação em nosso Estado. Centenas de alunos do segundo grau

estão perdendo aulas, não estão recebendo ensinamentos educacionais devidos pelo Estado, por falta única e exclusivamente de professores suplementaristas.

Dentre os estabelecimentos de ensino daquela cidade, citaria três deles, o Colégio Estadual Wolff Klabin, a Escola Presidente Vargas e a Escola Manoel Ribas.

As aulas iniciaram no dia 25 próximo passado e as informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos recebido de Telêmaco Borba, é que desde este dia estes estabelecimentos de ensino não vêm ministrando regularmente aulas para os alunos da Cidade de Telêmaco Borba.

Quando vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a preocupação básica do Governo Ney Braga é a promoção do homem paranaense como pessoa e como cidadão, fico a perguntar que na realidade isto parece que não vem ocorrendo; porque acho que meta básica na administração pública, Sr. Presidente, é saúde, é educação e outras mais, que poderíamos citar como prioritárias.

Mas acho que num País subdesenvolvido como o nosso, em um Estado novo, um Estado rico, pujante, entendo que um governo não pode, de forma alguma, relegar a segundo plano por motivos ou meramente políticos ou meramente administrativos, problemas tão sérios quanto estes, principalmente de educação.

Venho, Sr. Presidente, a esta tribuna nesta manhã de sexta-feira, num dia nebuloso, apelar a Vossa Excelência, inclusive como o mais legítimo representante do povo de Telêmaco Borba nesta Casa; porque sei que Vossa Excelência recebeu sufrágio enorme de votos nas últimas eleições naquele município. Apelar a Vossa Excelência, como homem sensível e homem que tem poder nas mãos, porque é o Presidente desta Casa, no sentido de que interfira junto ao Sr. Governador Ney Braga, e ao Secretário da Educação, para resolver este problema de falta de professores nestes estabelecimentos de ensino, no Município de Telêmaco Borba. Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que se Vossa Excelência for verificar de perto, Vossa Excelência haverá de constatar que as afirmações que faço aqui são efetivamente afirmações verdadeiras, porque se assim não fosse, não estaríamos, desta tribuna, para denunciar um fato que reputo grave e de alto interesse para a comunidade de Telêmaco Borba.

Apelo a Vossa Excelência, Sr. Presidente, e também ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, para que, com a maior urgência possível, procure resolver este problema.

E para que estes estabelecimentos de ensino voltem a ter as aulas normais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra com satisfação, a presença, em nosso plenário, do nobre Deputado Federal, Amadeu Gears.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nilso Sguarezzi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indubitavelmente, qualquer autoridade do ensino brasileiro é forçada a reconhecer a grave crise que envolve toda a estrutura da educação brasileira. Forçoso reconhecer, porém, que poucos, Sr. Presidente, muito poucos dos homens engajados no processo educativo deste Brasil, têm tido a independência e a coragem necessária e até patriótica, para denunciarem, o verdadeiro caos em que se encontram as nossas instituições de ensino.

Aqui no Paraná, Sr. Presidente uma personalidade científica, um homem de elevado saber científico, reconhecido internacionalmente, paga hoje, Sr. Presidente, elevado preço por ter tido o patriotismo e ter tido a coragem de denunciar as irregularidades ocorridas e que se verificam dentro da Uni-

versidade Federal do Paraná.

Trata-se, Sr. Presidente, do cientista Freire Maya, agora incompreensivelmente vetado para compor o quadro de professores da nossa Universidade, quando na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, universidade nenhuma deste planeta pode prescindir dos conhecimentos, da competência e do saber científico deste homem dedicado inteiramente ao conhecimento da ciência.

Por isso, Sr. Presidente, é lastimável que ocorra isso no exato momento em que se fala em abertura política em nosso País. É lamentável, Sr. Presidente, que ocorra isso no exato momento em que a nossa Universidade realiza uma festa de formatura da turma de Direito, e a direção da nossa Universidade, pelas posições tão retrógradas, pelas posições tão obscurantistas que toma em seu discurso, ser vaiada pela própria classe estudantil, que assiste esta solenidade. Enquanto, Sr. Presidente, na direção da nossa Universidade estiverem homens que assim agem, vetando e barrando o acesso e a colaboração de verdadeiros cientistas, não é de se esperar seja resolvida a crise do nosso ensino. Mas pelo contrário, é de se esperar o seu agravamento. Por isso, Sr. Presidente, subimos à tribuna para nos solidarizar com o professor Freire Maya e com os demais professores da Universidade Federal do Paraná, que estão sendo vetados para comporem o quadro de professores da nossa Universidade.

Acredito, Sr. Presidente, que se a direção da Universidade Federal do Paraná persistir nos caminhos que vem mantendo, parece que a nossa Universidade caminha num sentido e a classe estudantil, o quadro dos verdadeiros professores independentes e capacitados, se encaminham para outros rumos, e o distanciamento verificado numa festa de formatura, com vaias ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, lastimavelmente estará, cada vez mais, se agravando.

Porisso, Sr. Presidente, a nossa solidariedade ao Professor Freire Maya, porque a crítica que fez à Universidade Federal do Paraná, é a constatação, é o reconhecimento da crise que se abate sobre o nosso ensino, da crise que se abate sobre toda a educação brasileira.

E seria desleal um professor, e seria omissos e impatriótico, portanto, que se calasse, quando reconhece, verifica e constata, que a nossa Universidade Federal do Paraná está em crise, e que esta crise precisa ser debelada, porque nós só encontramos o verdadeiro caminho para esta Nação, quando a nossa Universidade estiver aberta, quando dentro dela, for possível a crítica, o debate e a discussão.

Mas, nós não estaremos encontrando o nosso caminho, e estaremos, isto sim, incoluindo, se dentro da nossa Universidade, se estabelecer o clima que, hoje, lamentavelmente, se estabelece: o veto, o obscurantismo e o julgamento totalmente subjetivo dos que ditam e ordenam na nossa Universidade.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos a honra de ocupar a tribuna, nesta oportunidade, em nome da Liderança do PMDB, para falar em nome da nossa bancada, com respeito a solicitação proposta pelo Deputado Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, no sentido de que nós participássemos do concurso para Fiscal da Fazenda, a se realizar nos próximos dias.

Nós estamos aqui para dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não aceitamos e não podemos aceitar o convite que, na verdade, nos sensibilizou, porquanto não vemos nenhuma objetividade na nossa participação, para fiscalizar esse concurso, eis que o concurso não se resume apenas nas provas que serão apenas um episódio do concurso, mas o ato jurídico do concu-

so se inicia desde o chamamento para a inscrição no concurso, até a sua homologação.

De forma que nós não podemos pensar, aprioristicamente, que haverá, neste concurso, corrupção, de que haverá marmelada neste concurso. Seria admitir-se aprioristicamente, que isso irá acontecer.

Nós, em princípio, queremos aceitar a seriedade do concurso. Se ele não for sério, nós nos reservamos para apurar a responsabilidade de quem fraudar o concurso, na devida oportunidade.

São dezoito mil candidatos que irão comparecer para prestar provas, e já existem, se existem, comentários de que o concurso é endereçado. Naturalmente isso foi vasamento por alguma fonte. E, na verdade, muitos concursos têm sido fraudados, e isso os prejudicados devem promover a responsabilidade e a ação própria para anular tais concursos.

De forma que, nós, Deputados, que não temos essa missão de nos intrometer numa área que não é da nossa competência, ou seja, a de participar da realização de concurso, que é do Poder Executivo, também não vemos como se possa aceitar o convite, do ponto de vista da competência da origem do convite.

Porque, nobre Deputado Líder do Governo, o seu convite não tem competência originária.

Porque, nós até poderíamos, na oportunidade que fôssemos ingressar nas salas, para fazer essa fiscalização que se pretende, poderíamos até ser barrados. E esta casa ficaria numa situação vexatória, porque não é da competência do Poder Legislativo fiscalizar concursos ou atos administrativos de outro Poder.

A nossa participação fiscalizadora é, nesta Casa, através da nossa condição de Deputado.

Portanto, queremos agradecer o convite do eminente Líder do Governo e dizer que não vemos condições, mesmo legais, para que qualquer Deputado possa participar na fiscalização do concurso.

E se houver marmelada, se houver corrupção, se esse concurso for fraudado, iremos nos tornar co-responsáveis por possíveis fraudes que houverem. Iremos até convalidar uma situação irregular, o que não é possível, porque não temos condições de acompanhar toda a mecânica de um concurso.

E essa fiscalização das provas, apenas, não é o suficiente para evitar que hajam irregularidades na concretização desse concurso.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O artigo 176 da Constituição da República Federativa do Brasil é muito claro:

“O ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais.”

No Paraná, em especial, o estudo é privilégio de uma minoria, pois o filho do pobre dificilmente consegue sentar num banco de escola.

Os dados fornecidos pela própria Secretaria da Educação, são alarmantes: neste ano letivo, mais de 500.000 crianças, entre 8 e 14 anos (idade para se freqüentar a escola de primeiro grau), deixaram de se matricular nas escolas públicas. O motivo, todos sabem: falta de condições econômicas.

A Secretaria da Educação reconhece que a principal causa da evasão é o alto custo do ensino.

Nos gabinetes dos Deputados, nesta Casa, formam-se extensas filas de mães e pais, correndo de sala em sala, com listas nas mãos, solicitando ajuda para a compra de uniforme

e material escolar.

Os pais chegam a admitir que existe vinculação entre a escola e as lojas de tecidos e livrarias, e que, inclusive, tem gente levando comissão das lojas e livrarias.

Em muitas escolas, a criança é barrada se estiver sem as peças do uniforme. Se o material didático exigido estiver incompleto, também não pode freqüentar a sala de aula.

Está na hora do Secretário Edson Machado tomar providências enérgicas. Afinal, o próprio Secretário andou falando na imprensa que nenhum aluno pode ser impedido de freqüentar escolas, por falta de material. Mas o que se vê, é o puro e simples impedimento do acesso à classe.

Como estudar neste País?

De que adiantam campanhas voltadas para a criança? Foi muito bonita a divulgação do Ano Internacional da Criança. E daí?

A verdade é que os homens da atual ditadura militar fascista, são impotentes para resolver um problema de tamanha importância para o futuro do País.

As nossas crianças estão aí, formando a procissão dos analfabetos.

Uma criança do primeiro grau, gasta hoje, quase Cr\$... ...2.000,00, só com uniforme e material escolar.

É preciso um esforço coletivo, principalmente por parte das nossas autoridades, no sentido de investir mais na nossa criança.

A não ser que os “patrões”, imperialistas norte-americanos, não queiram um povo culto e preparado aqui no Brasil. Parece que o “calcanhar-de-aquiles” da Educação, reside justamente aí.

Recebemos agora há pouco, uma reclamação de mães de alunos do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, aqui da Capital. Primeiro, falta de professores. Ninguém sabe quantas aulas o aluno terá por dia, se uma, duas, três ou quatro. Em algumas classes, o aluno entra à uma hora e sai às duas horas e quarenta e cinco minutos, às segundas, quartas e sextas-feiras, criando um problema para as mães que não sabem a hora certa que o filho vai sair da escola.

Falta professores no Grupo Escolar Barão do Rio Branco Branco.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em visita à região entre Cascavel e Capitão Leônidas Marques, onde o Governo passado, depois de 5 anos de luta, de brigas, de desentendimentos, de ajustes com o Líder do Governo neste Parlamento, eminente Deputado Ivo Thomazoni, foi implantada a estrada asfaltada, ligando esses dois municípios e com vias de ligação à sede do Município de Realeza. Essa estrada, Sr. Presidente, reivindica, por muitos agricultores da região de Medianeira, preliminarmente haveria de ser traçada lá naquela região adentrando o Parque Nacional. Mas as gestões feitas pelas comunidades estribadas na voz quantos aqui se empenharam na sua realização, acabou por ser implantada com racionalidade, diga-se de passagem, na região ligando Santa Tereza no Município de Cascavel, até as barrancas do Rio Iguaçu no Município de Capitão Leônidas Marques.

Desde aquela ocasião, desde 1977, a partir das demarcações dos rumos que haveria de traçar aquela estrada, agricultores, grandes e pequenos reclamavam a indenização das parcelas de terra que perderiam com a implantação daquela estrada e até hoje o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem está procrastinando os pedidos de indenização das áreas, e venho aqui, Sr. Presidente, usar esta tribuna para falar

principalmente em favor dos pequeninos proprietários, muitos dos quais hoje, com suas áreas de um, dois, três alqueires, divididas pela metade, não têm mais para onde ir e é necessário que o Departamento de Estradas de Rodagem agilize os processos de indenização, pagando um justo preço das suas terras, que hoje gira em torno de oitenta a cem mil cruzeiros o alqueire naquela região.

É preciso e este valor, Sr. Presidente, não é atribuído apenas pelo fato da estrada estar ali passando, mas sobretudo em toda a região oeste do Paraná, não há mais terras de valor inferior a sessenta mil cruzeiros, por pior que possa ser e este é o motivo da nossa vinda a esta tribuna, fazer um apelo ao Senhor Governador do Estado para interferir junto ao DER e Secretaria dos Transportes, na efetiva agilização de pagamento desses processos, porque quando o Senador Ney Braga assumiu o Governo do Paraná, falava-se do que nada mais nada menos que 2.500 km de estradas o Sr. Jayme Canet deixaria para o atual Governo pagar e, no entanto, lavrou todo seu Governo em cima das estradas que não deixou para o outro Governo pagar. E o pior de tudo, que os agricultores desfalcados, prejudicados com as suas pequenas áreas, não receberam indenização, reclamam por processos administrativos e muitos dos quais, processos judiciais e até agora não houve uma palavra final do Governo do Estado.

É o apelo que fazemos em nome dos agricultores prejudicados com suas áreas tomadas pela estrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Senador José Richa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 46/78, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública o "Serviço de Amparo e Recuperação do Indigente e Assistência Social — SARIAS", com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 46/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o **SERVIÇO DE AMPARO E RECUPERAÇÃO DO INDIGENTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL — SARIAS**, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de março de 1.980.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 111/79, que declara de utilidade pública a "Associação Esquadrão da Vida de Ponta Grossa", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 111/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO ESQUADRÃO DA VIDA DE PONTA GROSSA**.

SA, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1.980.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da redação final para o Projeto de Lei n.º 173/79.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 15/80.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 82/79.— em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A impressão que se tem, Sr. Presidente, é que o nobre Deputado Antônio Facci está muito interessado em agilizar nesta Casa talvez, a entrega de título de cidadania.

Um projeto de resolução, esquecido nas gavetas deste Poder, desde setembro de 1979, vem agora se solicitar regime de urgência para este projeto de resolução. Está bem clara a propositura do Deputado Antônio Facci, sabem os Senhores Deputados, sabe este Poder, que o PTB do Paraná pretende solicitar a este Poder, para que se entregue, em sessão solene, no dia 17 de abril vindouro, o título ao ex-Governador Leonel Brizola.

Para mim, é clara a atitude do Deputado Antônio Facci e mais clara ainda, a atitude no nobre Líder do Governo, que com outro requerimento que a Mesa levará em consideração ainda no plenário, pretende que não se marque sessão solene alguma até a decisão deste projeto de resolução, que vem com requerimento de urgência.

Sr. Presidente, votaremos contra o regime de urgência por entender intempestiva a vontade do Deputado Antônio Facci. Mas, deixamos bem claro que a vontade do Sr. Deputado Antônio Facci e a vontade do Sr. Líder do Governo é exatamente brear esta honraria concedida pelo atual Governador em 1961.

Todavia, Sr. Presidente, não é com isto que ficaremos longe do que vai acontecer daqui para a frente.

É somente isto.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. **APROVADO.**

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ADALBERTO DAROS — Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Antônio Facci, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se (Pausa).

3 Srs. Deputados o aprovam; 6 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/79;

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/79.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 154/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 563, de 16 de janeiro de 1980, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, LAURO LOPES FILHO, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Departamento Legislativo, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1980.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/03/80

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 155/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1272, de 26 de fevereiro de 1980, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar a pedido, SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES NETO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 3/03/80

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 156/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1280, de 26 de fevereiro de 1980, deste Poder,

RESOLVE:

I — procer GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno.

II — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/03/80

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário.